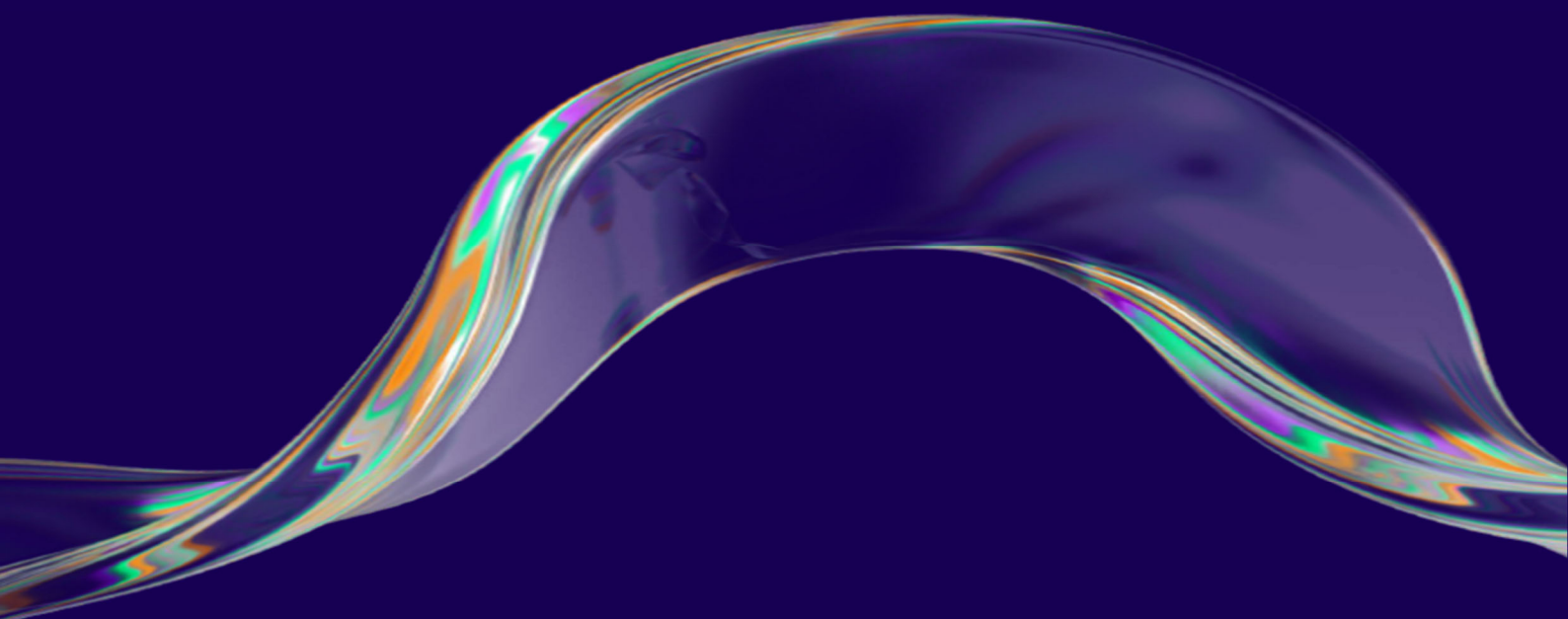


Potengi Holdings S.A.



**Demonstrações financeiras
consolidadas e individuais em 31 de
dezembro de 2025**

Índice

Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Balanco patrimonial	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

1	Considerações gerais.....	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	10
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB	11
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	12
5	Receita.....	12
6	Custos e despesas.....	13
7	Resultado financeiro líquido	14
8	Caixa e equivalentes de caixa	14
9	Aplicações financeiras	15
10	Fundo de liquidez – conta reserva	15
11	Qualidade de créditos dos ativos financeiros.....	16
12	Contas a receber de clientes	16
13	Tributos a recuperar	17
14	Investimentos.....	17
15	Imobilizado	19
16	Intangível.....	22
17	Financiamentos e debêntures.....	24
18	Fornecedores.....	27
19	Provisões para litígios.....	27
20	Obrigações com desmobilização de ativos.....	27
21	Partes relacionadas	28
22	Imposto de renda e contribuição social	29
23	Patrimônio líquido.....	30
24	Instrumentos financeiros e gestão de risco	30



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Potengi Holdings S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Potengi Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

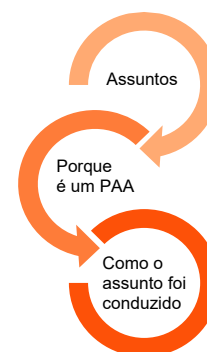
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento da receita (Nota 5) <p>Conforme descrito na nota explicativa 5, a receita das controladas decorre da geração e venda de energia elétrica, cujo reconhecimento ocorre quando a obrigação contratual de entregar energia é satisfeita e o valor da venda pode ser mensurado de forma confiável.</p> <p>O processo de receita ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao cliente, relacionada ao fornecimento de energia elétrica, calculada em base estimada, até 31 de dezembro de 2025, utilizando determinadas premissas oriundas dos contratos de venda de energia.</p> <p>Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o risco inerente envolvendo o reconhecimento da receita em período distinto daquele em que a obrigação de desempenho foi atendida e a utilização de premissas e critérios subjetivos nas estimativas de receitas não faturadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento da receita;Confronto dos saldos contábeis com os arquivos fiscais de faturamento;Recálculo, em base amostral, dos contratos, considerando volume e preço contratados;Teste, em base amostral, do recebimento subsequente das vendas do exercício;Leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.



Potengi Holdings S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	<p>Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.</p>

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 26 de março de 2025, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Potengi Holdings S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2026

A handwritten signature in cursive script that reads 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Potengi Holdings S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	5	141.379	134.932	-	-
Custo com energia elétrica	6	(48.965)	(59.286)	-	-
Custo com operação	6	(51.184)	(44.761)	-	-
Lucro		41.230	30.885	-	-
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	6	(554)	(1.159)	(70)	(774)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	(1.390)	(42)	-	(1)
		(1.944)	(1.201)	(70)	(775)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		39.286	29.684	(70)	(775)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial		-	-	28.629	22.244
		-	-	28.629	22.244
Resultado financeiro líquido	7				
Receitas financeiras		8.341	12.655	2.057	9.584
Despesas financeiras		(72.872)	(104.486)	(62.451)	(98.915)
		(64.531)	(91.831)	(60.394)	(89.331)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(25.245)	(62.147)	(31.835)	(67.862)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	22	(6.590)	(5.054)	-	-
Diferidos	22	(7)	(675)	(7)	(14)
Prejuízo do exercício		(31.842)	(67.876)	(31.842)	(67.876)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Potengi Holdings S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(31.842)	(67.876)	(31.842)	(67.876)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(31.842)	(67.876)	(31.842)	(67.876)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Potengi Holdings S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(25.245)	(62.147)	(31.835)	(67.862)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Equivalência patrimonial	14(b)	-	-	(28.629)	(22.245)
Juros e variações monetárias		69.729	97.923	60.586	95.329
Depreciação e amortização	6	42.221	40.134	-	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	6	1.108	-	-	-
Baixa de arrendamentos		-	(337)	-	-
Apropriação de custos de captações	7	1.787	3.725	1.664	3.670
Rendimentos sobre fundo de reserva		(240)	-	(56)	-
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	7	743	804	-	-
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	7	-	1.666	-	-
		90.103	81.768	1.730	8.892
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		(2.693)	(5.611)	-	-
Tributos a recuperar		(2.225)	(257)	(1.322)	12
Demais créditos e outros ativos		(48)	10.350	(497)	(1.084)
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores		826	15.509	(48)	(824)
Tributos a recolher		(1.773)	(454)	(12)	(20)
Demais obrigações e outros passivos		705	(151)	32	40
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		84.895	101.154	(117)	7.016
Juros pagos sobre financiamentos	17(c)	(48.063)	(164.999)	(38.362)	(164.999)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		-	(1.666)	-	-
Imposto de renda e contribuição social (pagos)		(5.884)	(3.287)	-	(14)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		30.948	(68.798)	(38.479)	(157.997)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(9.300)	-	(1.371)	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		(9.960)	-	56	-
Resgate (aplicação) de cauções e depósitos judiciais		409	-	447	-
Aumento de capital em controladas	1.1.1(a)	-	-	(14.615)	-
Redução de capital em controladas	1.1.1(a)	-	-	14.700	118.714
Recebimento de dividendos		-	-	61.446	-
Aquisição de imobilizado e intangível		(26.196)	(38.730)	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(45.047)	(38.730)	60.663	118.714
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de recursos	17(c)	-	632.849	-	510.000
Adição de custos com captação	17(c)	(29)	(32.866)	-	(30.469)
Liquidação de financiamentos	17(c)	(33.179)	(724.477)	(26.623)	(724.477)
Aumento de capital	1.1.1(b)	25.000	184.724	25.000	184.724
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(8.208)	60.230	(1.623)	(60.222)
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		(22.307)	(47.298)	20.561	(99.505)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		71.830	119.128	13.527	113.032
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		49.523	71.830	34.088	13.527

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Potengi Holdings S.A.
Balanco patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	49.523	71.830	34.088	13.527
Aplicações financeiras	9	9.435	-	1.371	-
Contas a receber de clientes	12	15.282	12.589	-	-
Tributos a recuperar	13	1.367	290	184	9
Dividendos a receber	21	-	-	5.178	24.706
Cauções e depósitos judiciais		-	469	-	469
Outros ativos		4.220	4.172	659	162
		<u>79.827</u>	<u>89.350</u>	<u>41.480</u>	<u>38.873</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	10.200	-	-	-
Cauções e depósitos judiciais		384	324	22	-
Tributos a recuperar	13	11.555	10.407	11.554	10.407
		<u>22.139</u>	<u>10.731</u>	<u>11.576</u>	<u>10.407</u>
Investimentos	14	-	-	934.102	947.476
Imobilizado	15(a)	1.009.748	1.024.966	-	-
Intangível	16(a)	44.432	45.904	-	-
		<u>1.054.180</u>	<u>1.070.870</u>	<u>934.102</u>	<u>947.476</u>
Total do ativo		<u>1.156.146</u>	<u>1.170.951</u>	<u>987.158</u>	<u>996.756</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Financiamentos e debêntures	17(a)	33.297	34.920	26.414	25.982
Fornecedores	18	39.223	37.954	1	49
Tributos a recolher		2.718	2.044	9	21
Partes relacionadas	21	38	-	-	-
Provisões para litígios		41	470	-	470
Outros passivos		113	-	2	-
		<u>75.430</u>	<u>75.388</u>	<u>26.426</u>	<u>26.522</u>
Não circulante					
Financiamentos e debêntures	17(a)	575.074	583.071	465.741	468.908
Imposto de renda e contribuição social diferidos		34	1.768	34	27
Obrigações com desmobilização de ativos	20(a)	10.168	9.425	-	-
Provisões para litígios	19	983	-	500	-
		<u>586.259</u>	<u>594.264</u>	<u>466.275</u>	<u>468.935</u>
Total do passivo		<u>661.689</u>	<u>669.652</u>	<u>492.701</u>	<u>495.457</u>
Patrimônio líquido	23				
Capital social		596.931	571.931	596.931	571.931
Prejuízos acumulados		(102.474)	(70.632)	(102.474)	(70.632)
Total do patrimônio líquido		<u>494.457</u>	<u>501.299</u>	<u>494.457</u>	<u>501.299</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.156.146</u>	<u>1.170.951</u>	<u>987.158</u>	<u>996.756</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Potengi Holdings S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2024		383.710	(6.304)	377.406
Prejuízo do exercício		-	(67.876)	(67.876)
Total do resultado abrangente do exercício		-	(67.876)	(67.876)
Demais mutações patrimoniais do exercício				
Aumento de capital		188.221	-	188.221
Destinação do resultado do exercício				
Reversão dos saldos declarados de dividendos		-	3.547	3.547
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		188.221	3.547	191.768
Em 31 de dezembro de 2024		571.931	(70.633)	501.298
Prejuízo do exercício		-	(31.842)	(31.842)
Total do resultado abrangente do exercício		-	(31.842)	(31.842)
Demais mutações patrimoniais do exercício				
Aumento de capital	1.1.1(b)	25.000	-	25.000
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		25.000	-	25.000
Em 31 de dezembro de 2025		596.931	(102.475)	494.456

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

1 Considerações gerais

A Potengi Holdings S.A., ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 01 de junho de 2021. A Companhia tem por objeto social a participação, direta e exclusiva, no capital de outras sociedades como acionista quotista, por meio de outras modalidades de investimento, como subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou partes beneficiárias, ou ainda por qualquer outra forma admitida em lei, que atuem na área de geração de energia elétrica em toda as suas formas, bem como na comercialização de energia elétrica proveniente das usinas.

A Companhia é controlada diretamente pela Tucano Holding I S.A. ("Tucano") e indiretamente pela Auren Participações S.A. e pela Auren Energia S.A.

A Companhia explora e opera centrais geradoras eólicas localizadas no estado de São Paulo, as quais compõem o complexo eólico Potengi, com capacidade instalada total de 165,3 MW, por meio de suas investidas.

As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") conforme listado abaixo:

Eólica	Central Geradora Eolielétrica (EOL)	Portaria MME	Capacidade instalada MW	Início da concessão	Término da concessão
Santa Tereza 01	Ventos de Santa Tereza 01	REA 9262/2020	39,9	09/10/20	08/10/55
Santa Tereza 04	Ventos de Santa Tereza 04	REA 9265/2020	39,9	09/10/20	08/10/55
Santa Tereza 10	Ventos de Santa Tereza 03	REA 9271/2020	51,3	09/10/20	08/10/55
São Ricardo 11	Ventos de São Ricardo 11	REA 9484/2020	34,2	26/11/20	25/11/55
Total			165,3		

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Movimentação de capital em controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas as movimentações de capital das controladas conforme tabela a seguir:

Controladas	2024	Aumento (redução)	2025
Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A.	94.921	14.615	109.536
Ventos de Santa Tereza 04 Energias Renováveis S.A.	250.211	(5.500)	244.711
Ventos de Santa Tereza 10 Energias Renováveis S.A.	281.317	(5.200)	276.117
Ventos de São Ricardo 11 Energias Renováveis S.A.	212.196	(4.000)	208.196
	838.645	(85)	838.560

(b) Aumento de capital

Em 23 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$ 25.000, mediante a emissão de 14.605.364 ações ordinárias, passando o capital social de R\$ 571.931 (dividido em 274.554.755 ações ordinárias) para R\$ 596.931 (dividido em 289.160.119 ações ordinárias). O aumento de capital foi efetivado mediante a transferência eletrônica pelas acionistas Tucano Holding I S.A., no montante de R\$19.0000, e BRF S.A. no montante de R\$6.000.

1.1.2 Principais eventos operacionais

(a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, e diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela Controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (*IFRS® Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 31 de março de 2026.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Algumas notas explicativas presentes nestas demonstrações contábeis sofreram alterações de apresentação para garantir e assegurar a comparabilidade e transparência das informações financeiras, considerando todas as mudanças estruturais decorrentes do processo de harmonização das práticas contábeis adotadas pela Companhia.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$).

2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes.

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Controladas	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2025	2024		
Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Rio Grande do Norte - Brasil	Geração eólica
Ventos de Santa Tereza 04 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Rio Grande do Norte - Brasil	Geração eólica
Ventos de Santa Tereza 10 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Rio Grande do Norte - Brasil	Geração eólica
Ventos de São Ricardo 11 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Rio Grande do Norte - Brasil	Geração eólica

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 2025

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

(b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatárias para o período findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “own use” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “hedge accounting” para certos PPAs que não atendam a exceção de “own use”.	1º de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo International Sustainability Standard Board (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

Reforma tributária:

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que,

durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia e suas controladas tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
15	Imobilizado
16	Intangível
19	Provisão para litígios
20	Obrigações de desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

As controladas da Companhia seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenhos previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

O reconhecimento contábil da receita é resultante da estimativa dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN).

Contratos *wholesale*: representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da garantia física das Controladas da Companhia.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	2025	Consolidado 2024
Receita bruta			
Venda de energia			
Partes relacionadas	21	848	-
Contratos <i>Wholesale</i>		145.016	138.554
Energia de curto prazo – CCEE		1.901	2.117
		<u>147.765</u>	<u>140.671</u>
Outras receitas			
Outras receitas		-	(746)
		<u>-</u>	<u>(746)</u>
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(5.359)	(4.993)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(1.027)	(773)
		<u>(6.386)</u>	<u>(5.766)</u>
Receita líquida		<u>141.379</u>	<u>134.159</u>

6 Custos e despesas

	2025		Consolidado 2024			
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativa s	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(37.848)	-	-	-	(37.848)	(48.022)
Encargos de uso da rede elétrica	(11.117)	-	-	-	(11.117)	(10.491)
Depreciação e amortização	-	(42.083)	(138)	-	(42.221)	(40.134)
Materiais	-	(54)	-	-	(54)	(18)
Materiais	-	(54)	-	-	(54)	(18)
Serviços	-	(4.922)	(309)	-	(5.231)	(3.045)
Serviços de operação e manutenção	-	(4.260)	-	-	(4.260)	(1.756)
Serviços de terceiros	-	(602)	(309)	-	(971)	(1.289)
Outros	-	(4.125)	(107)	-	(4.232)	(2.723)
Aluguéis e arrendamentos	-	(2.169)	-	-	(2.169)	(115)
Seguros	-	(1.628)	-	-	(1.628)	(2.456)
Impostos, taxas e contribuições	-	(328)	(24)	-	(352)	(154)
Outros custos e despesas líquidas	-	-	(83)	-	(83)	2
Demais (despesas) receitas	-	-	-	(1.390)	(1.390)	(42)
Perda na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(1.108)	(1.108)	-
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	(282)	(282)	(42)
	<u>(48.965)</u>	<u>(51.184)</u>	<u>(554)</u>	<u>(1.390)</u>	<u>(102.093)</u>	<u>(104.475)</u>

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras					
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		7.217	11.749	950	9.066
Juros sobre ativos financeiros		1.019	-	1.019	-
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(98)	(468)	(98)	(468)
Outras receitas financeiras		203	1.374	186	986
		<u>8.341</u>	<u>12.655</u>	<u>2.057</u>	<u>9.584</u>
Despesas financeiras					
Juros sobre financiamentos	17(c)	(47.260)	(67.482)	(37.982)	(66.418)
Atualização monetária sobre financiamentos	17(c)	(22.604)	(30.482)	(22.604)	(28.952)
Atualização monetária sobre depósitos judiciais		(3)	-	-	-
Atualização monetária sobre provisão para litígios		(32)	(40)	(29)	(40)
Apropriação dos custos de captações	17(c)	(1.787)	(3.725)	(1.664)	(3.670)
Ajuste a valor presente e atualização monetária sobre obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos	20	(743)	(804)	-	-
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos		-	(1.666)	-	-
Outras despesas financeiras		(443)	(287)	(172)	165
		<u>(72.872)</u>	<u>(104.486)</u>	<u>(62.451)</u>	<u>(98.915)</u>
		<u>(64.531)</u>	<u>(91.831)</u>	<u>(60.394)</u>	<u>(89.331)</u>

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 98,22% do CDI (97,75% em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa				
Caixa e bancos	638	5.255	112	222
	<u>638</u>	<u>5.255</u>	<u>112</u>	<u>222</u>
Equivalentes de caixa				
Quotas de fundos de investimentos (i)	48.759	30.052	33.923	2.119
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	126	36.523	53	11.186
	<u>48.885</u>	<u>66.575</u>	<u>33.976</u>	<u>13.305</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>49.523</u>	<u>71.830</u>	<u>34.088</u>	<u>13.527</u>

- (i) As quotas de fundo de investimento referem-se, majoritariamente, ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Odessa Auren. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

9 Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração média de 82,17% do CDI.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs")	6.151	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	3.284	-	1.371	-
	9.435	-	1.371	-

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

10 Fundo de liquidez – conta reserva

O fundo de liquidez – conta reserva é constituído com o objetivo de garantir recursos para obrigações específicas, funcionando como uma reserva estratégica. Por sua natureza, os valores alocados nesse grupo não possuem liquidez imediata, sendo classificados no ativo circulante e não circulante. Esses recursos não se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa, pois são mantidos com destinação vinculada e não para uso operacional corrente.

As aplicações que compõem o fundo de liquidez podem incluir títulos públicos ou privados, geralmente indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, o fundo de liquidez – conta reserva possui taxa de remuneração média de 97,49% do CDI.

	Consolidado	
	2025	2024
Fundo de liquidez - Conta reserva		
Não circulante	10.200	-
	10.200	-

- (i) As controladas possuem alguns contratos de financiamentos que preveem a obrigação de manutenção de contas reserva e/ou fundos de liquidez como garantia, os quais devem ser mantidos durante todo o prazo de vigência dos respectivos contratos.

11 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva:

	Consolidado		Controladora	
	Rating local		Rating local	
	2025	2024	2025	2024
AAA	69.151	71.830	35.452	13.527
Sem rating	7	-	7	-
	69.158	71.830	35.459	13.527

Os *ratings* foram extraídos de agências de *rating* (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

12 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	Consolidado	
	2025	2024
Contratos <i>wholesale</i>	14.596	12.427
Partes relacionadas (Nota 21)	214	-
Energia de curto prazo - CCEE	472	162
	15.282	12.589

(b) Vencimentos de contas a receber

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer	14.769	12.319
Vencidos até 3 meses	176	270
Vencidos de 3 a 6 meses	337	-
	15.282	12.589

A Administração analisou os saldos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

13 Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são registrados quando existe um direito legal para a Companhia. Ativos contingentes com probabilidade de recuperação possível, que resultam de eventos passados, cuja existência somente será confirmada, ou não, pela ocorrência de eventos futuros incertos, não são registrados.

Os impostos a recuperar representam os direitos que serão realizados por meio de compensações com obrigações futuras provenientes das operações da Companhia. A Companhia revisa continuamente a capacidade de realização desses ativos e, quando necessário, provisões são constituídas para assegurar que esses ativos sejam contabilizados com base no seu valor realizável.

(a) Composição

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica a recuperar	-	290	-	9
Imposto de renda retido na fonte	1.364	-	184	-
Outros	3	-	-	-
	<u>1.367</u>	<u>290</u>	<u>184</u>	<u>9</u>
Não circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica a recuperar	11.555	10.407	11.554	10.407
Impostos a recuperar	<u>12.922</u>	<u>10.697</u>	<u>11.738</u>	<u>10.416</u>

14 Investimentos

Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

(a) Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2025				Resultado de equivalência patrimonial			Controladora
	Patrimônio Líquido	Lucro líquido do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)			Saldo	
					2025	2024	2025	2024
Custo (i)								
Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A.	110.087	2.635	100,00	100,00	2.447	8.075	116.115	101.777
Ventos de Santa Tereza 04 Energias Renováveis S.A.	245.645	7.626	100,00	100,00	7.286	868	255.484	269.763
Ventos de Santa Tereza 10 Energias Renováveis S.A.	277.557	14.581	100,00	100,00	13.875	11.620	298.122	304.801
Ventos de São Ricardo 11 Energias Renováveis S.A.	208.777	6.894	100,00	100,00	6.433	3.095	222.161	227.501
					30.041	23.658	891.882	903.842
Investimento - Mais valia (ii)								
Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A.					(340)	(340)	10.150	10.490
Ventos de Santa Tereza 04 Energias Renováveis S.A.					(345)	(345)	10.283	10.628
Ventos de Santa Tereza 10 Energias Renováveis S.A.					(436)	(436)	13.017	13.453
Ventos de São Ricardo 11 Energias Renováveis S.A.					(291)	(292)	8.770	9.063
					(1.412)	(1.413)	42.220	43.634
					28.629	22.245	934.102	947.476

- (i) Com o objetivo de financiar principalmente a construção destes empreendimentos, a Controladora captou recursos por meio de empréstimos de longo prazo, no início de suas operações. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e os financiamentos durante o período de construção na Controladora, nas demonstrações financeiras individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Dessa forma, os saldos de investimentos apresentam a participação no patrimônio das controladas e os juros capitalizados, no montante de R\$ 49.816e o resultado de equivalência patrimonial apresenta a participação no resultado do exercício das controladas e a amortização dos juros capitalizados, no montante de R\$ (1.695).
- (ii) O saldo de mais valia é reclassificado para a rubrica de intangível no consolidado. O saldo do Intangível no consolidado é de R\$44.432 sendo composto por: (i) R\$42.219 referente a mais valia; (ii) R\$2.178 referente ao custo de servidão, e (iii) R\$35 referente a softwares.

(b) **Movimentação**

	Controladora	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	947.476	1.068.031
Equivalência patrimonial	28.629	22.245
Dividendos deliberados	(41.918)	(24.086)
Aumento de capital (Nota 1.1.1 (a))	14.615	130.915
Redução de capital (Nota 1.1.1 (a))	(14.700)	(122.849)
AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(126.780)
Saldo no final do exercício	934.102	947.476

15 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia e suas controladas são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia e suas controladas reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado.

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

Potengi Holdings S.A.
Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação

	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	2025	Consolidado 2024
Saldo no início do exercício							
Custo	901.510	163.621	6.425	-	941	1.072.497	1.026.617
Depreciação acumulada	(40.049)	(7.257)	(225)	-	-	(47.531)	(9.175)
Saldo líquido no início do exercício	861.461	156.364	6.200	-	941	1.024.966	1.017.442
Adições (ii)	-	-	-	-	26.605	26.605	35.637
Baixas	-	-	-	-	(978)	(978)	(2)
Depreciação	(36.211)	(4.277)	(213)	(17)	-	(40.718)	(38.356)
Remensurações (Nota 20(a))	-	-	-	-	-	-	6.128
Transferências (i)	145.107	(139.431)	-	109	(5.912)	(127)	4.117
Saldo no final do exercício	970.357	12.656	5.987	92	20.656	1.009.748	1.024.966
Custo	1.046.617	24.190	6.425	109	20.656	1.097.997	1.072.497
Depreciação acumulada	(76.260)	(11.534)	(438)	(17)	-	(88.249)	(47.531)
Saldo líquido no final do exercício	970.357	12.656	5.987	92	20.656	1.009.748	1.024.966
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,00	3,00	3,00	6,00			

- (i) O montante final de R\$ (127) corresponde à transferência do imobilizado, para o ativo intangível, relacionados à *softwares*.
- (ii) As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referem-se, predominantemente, às manutenções realizadas nos aerogeradores, as quais foram classificadas como melhorias que aumentam a vida útil ou a capacidade operacional dos equipamentos.

16 Intangível

Política contábil

Custo de servidão

Os custos incorridos para obtenção de servidões (direitos de passagem) necessários à implantação, operação e manutenção dos parques eólicos são registrados no ativo intangível, pelo custo incorrido. Esses valores são amortizados linearmente ao longo do prazo do direito ou da vida útil/autorização associada. Após o início da operação comercial, a amortização é tratada como custo de produção.

Direitos de exploração de autorização

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos relativos à exploração de recurso eólico e solar são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis. Após o início da operação dos parques eólicos e solares, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

Softwares

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

(a) Composição e movimentação

					Consolidado	
	Custo de servidão	Softwares	Direitos de exploração e de recursos naturais	Intangível em andamento	2025	2024
Saldo no início do exercício						
Custo	-	2.350	45.458	-	47.808	46.362
Amortização acumulada	-	(81)	(1.823)	-	(1.904)	(441)
Saldo líquido no início do exercício	-	2.269	43.635	-	45.904	45.921
Adições	-	-	-	34	34	5.563
Baixas	-	(130)	-	-	(130)	-
Mais-valia	-	(91)	(1.412)	-	(1.503)	(1.463)
Transferências	2.178	(2.017)	-	(34)	127	(4.117)
Saldo no final do exercício	2.178	31	42.223	-	44.432	45.904
Custo	2.178	203	45.458	-	47.839	47.808
Amortização acumulada	-	(172)	(3.235)	-	(3.407)	(1.904)
Saldo líquido no final do exercício	2.178	31	42.223	-	44.432	45.904
Taxas médias anuais de amortização - %	3,00	3,00	5,00			

17 Financiamentos e Debêntures

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos e debêntures estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

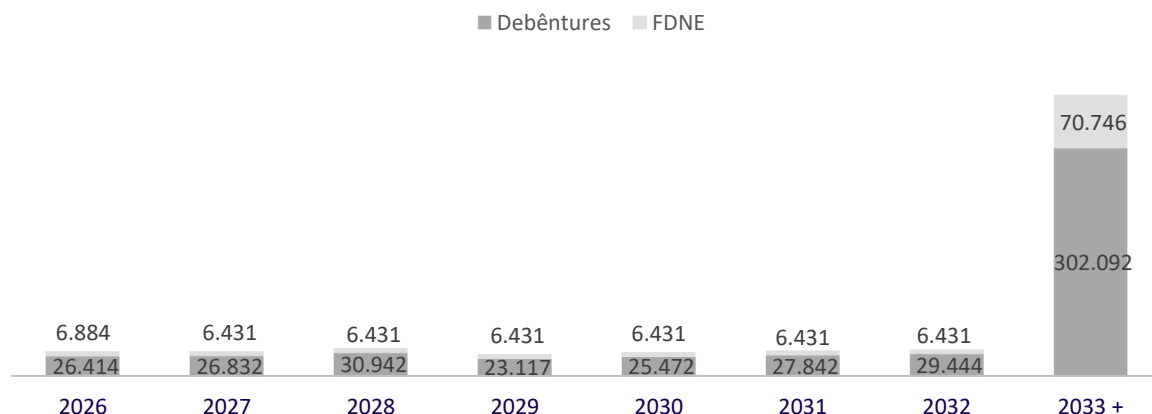
Potengi Holdings S.A.
Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

											Consolidado
											2025
		Circulante				Não circulante					
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Total	Valor justo
Debêntures 1ª Emissão (1ª Série)	IPCA+7,37%	10.650	(1.041)	990	10.599	307.813	(15.620)	-	292.193	302.792	301.971
Debêntures 1ª Emissão (2ª Série)	IPCA + 7,04%	15.844	(622)	593	15.815	183.503	(9.955)	-	173.548	189.363	184.951
FDNE	IPCA2,93%	6.556	(125)	452	6.883	111.456	(2.123)	-	109.333	116.216	98.600
		33.050	(1.788)	2.035	33.297	602.772	(27.698)	-	575.074	608.371	585.522
											Consolidado
											2024
		Circulante				Não circulante					
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Total	Valor justo
Debêntures 1ª Emissão (1ª Série)	IPCA+7,37%	8.747	(1.041)	887	8.593	305.140	(16.662)	-	288.478	297.071	275.592
Debêntures 1ª Emissão (2ª Série)	IPCA + 7,04%	17.447	(622)	564	17.389	191.007	(10.577)	-	180.430	197.819	8.089
FDNE	IPCA2,93%	7.999	(123)	1.062	8.938	116.383	(2.220)	-	114.163	123.101	123.101
		34.193	(1.786)	2.513	34.920	612.530	(29.459)	-	583.071	617.991	406.782
											Controladora
											2025
		Circulante				Não circulante					
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Total	Valor justo
Debêntures 1ª Emissão (1ª Série)	IPCA+7,37%	10.650	(1.041)	990	10.599	307.813	(15.620)	-	292.193	302.792	301.971
Debêntures 1ª Emissão (2ª Série)	IPCA + 7,04%	15.844	(622)	593	15.815	183.503	(9.955)	-	173.548	189.363	184.951
		26.494	(1.663)	1.583	26.414	491.316	(25.575)	-	465.741	492.155	486.922
											Controladora
											2024
		Circulante				Não circulante					
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Total	Valor justo
Debêntures 1ª Emissão (1ª Série)	IPCA+7,37%	8.747	(1.041)	887	8.593	305.140	(16.662)	-	288.478	297.071	275.592
Debêntures 1ª Emissão (2ª Série)	IPCA + 7,04%	17.447	(622)	564	17.389	191.007	(10.577)	-	180.430	197.819	8.089
		26.194	(1.663)	1.451	25.982	496.147	(27.239)	-	468.908	494.890	283.681

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
 FDNE – Fundo de Desenvolvimento do Nordeste

(b) Perfil de vencimento - consolidado



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	617.991	805.795	494.890	805.795
Captações	-	632.849	-	510.000
Provisões de juros (Nota 7)	47.260	67.482	37.982	66.418
Atualização monetária	22.604	30.482	22.604	28.952
Adição dos custos de captações	(29)	(32.866)	-	(30.469)
Apropriações dos custos de captações (Nota 7)	1.787	3.725	1.664	3.670
Juros pagos	(48.063)	(164.999)	(38.362)	(164.999)
Liquidações	(33.179)	(724.477)	(26.623)	(724.477)
Saldo no final do exercício	608.371	617.991	492.155	494.890

(d) Garantias

Modalidade	Ativo ou Projeto	Garantia
Debêntures	Potengi Holdings	Fidejussória Auren Participações e BRF
Debêntures	Potengi Holdings - 2ª emissão	Fidejussória Auren Participações e BRF
BB (FDNE)	Ventos de Santa Tereza 01	Garantia Fidejussória Auren Participações e BRF; Conta Reserva; Alienação fiduciária de Ações; Alienação fiduciária de Equipamentos; Cessão Fiduciária de direitos.

(e) Condições restritivas

Alguns contratos de financiamentos e debêntures da Companhia e suas controladas possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras podem incluir índice de alavancagem, medida pela relação Dívida líquida sobre Ebitda ajustado, e/ou índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as condições contratuais foram integralmente cumpridas

18 Fornecedores

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Energia comprada para revenda		8.680	180	-	-
Fornecedores de materiais e serviços		30.540	36.488	1	49
Fornecedores nacionais - Partes relacionadas	21	3	1.286	-	-
		39.223	37.954	1	49

19 Provisões para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas prováveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos prognóstico de perda provável, no montante atualizado de R\$ 500 na controladora e R\$ 1.024 no consolidado.

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos de natureza tributária com prognóstico de perda possível, no montante atualizado de R\$ 4.100, processos de natureza trabalhistas com prognóstico de perda possível, no montante atualizado de R\$ 295 e processos de natureza cíveis com prognóstico de perda possível, no montante atualizado de R\$ 1.085.

20 Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

(a) Composição e movimentação

	Desmobilização de ativos	Custos socioambientais	(-) Ajuste a valor presente	Consolidado	
				2025	2024
Saldo no início do exercício	18.069	13.446	(22.090)	9.425	2.493
Remensuração (Nota 15 (a))	-	-	-	-	6.128
Atualização Monetária	136	542	-	678	804
Ajuste a valor presente (Nota 7)	-	-	65	65	-
Saldo no final do exercício	18.205	13.988	(22.025)	10.168	9.425
Não circulante	18.205	13.988	(22.025)	10.168	9.425
	18.205	13.988	(22.025)	10.168	9.425

21 Partes relacionadas

Política contábil

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia e suas controladas possuem uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

(a) Consolidado

	Ativo		Passivo		Vendas		Compras	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes (Nota 12 (a))								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	214	-	-	-	214	-	-	-
Auren Operações S.A.	-	-	-	-	634	-	-	-
	214	-	-	-	848	-	-	-
Fornecedores - compras								
Auren Participações S.A.	-	-	3	-	-	-	-	-
Auren Operações S.A.	-	-	-	1.286	-	-	(3.185)	(44.116)
	-	-	3	1.286	-	-	(3.185)	(44.116)
Repasso de custos								
Auren Operações S.A.	-	-	38	-	-	-	-	-
	-	-	38	-	-	-	-	-
	214	-	41	1.286	848	-	(3.185)	(44.116)

(b) Controladora

	Ativo		Passivo		Vendas		Compras	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Dividendos a receber								
Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A.	909	7.856	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Tereza 04 Energias Renováveis S.A.	2.213	1.616	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Tereza 10 Energias Renováveis S.A.	1.641	11.800	-	-	-	-	-	-
Ventos de São Ricardo 11 Energias Renováveis S.A.	415	3.434	-	-	-	-	-	-
	5.178	24.706	-	-	-	-	-	-

22 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a *holding* apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício da controladora apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Consolidado	
	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(25.245)	(62.147)
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	8.583	21.130
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(21.139)	(31.798)
Outras adições permanentes, líquidas	(481)	801
Exclusões (adições) temporárias sem constituição de diferido	(1)	(711)
Efeito de empresas tributadas pelo lucro presumido	6.441	4.849
IRPJ e CSLL apurados	(6.597)	(5.729)
Correntes	(6.590)	(5.054)
Diferidos	(7)	(675)
IRPJ e CSLL no resultado	(6.597)	(5.729)
	Controladora	
	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(31.835)	(67.862)
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	10.824	23.073
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Equivalência patrimonial	9.734	7.563
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(20.565)	(31.798)
Outras adições permanentes, líquidas		1.859
Exclusões (adições) temporárias sem constituição de diferido		(711)
IRPJ e CSLL apurados	(7)	(14)
Diferidos	(7)	(14)
IRPJ e CSLL no resultado	(7)	(14)

23 Patrimônio líquido

(a) Capital social

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 596.931 (R\$ 571.931 em 31 de dezembro de 2024), composto por 289.160.119 (274.554.755 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

24 Instrumentos financeiros e gestão de risco

24.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativos					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 12)		15.282	12.589	-	-
		15.282	12.589		
Ao valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa (i) (Nota 8)	2	48.885	66.575	33.976	13.305
Aplicações financeiras (i) (Nota 9)	1	9.435	-	1.371	-
Fundo de liquidez - Conta reserva (i) (Nota 10)	1	10.200	-	-	-
		68.520	66.575	35.347	13.305
		83.802	79.164	35.347	13.305
Passivos					
Ao custo amortizado					
Financiamentos e debêntures (ii) (Nota 17)		608.371	617.991	492.155	494.890
Fornecedores (Nota 18)		39.223	37.954	1	49
Partes relacionadas (Nota 21)		38	-	-	-
		647.632	655.945	492.156	494.939

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 17 (a)

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

24.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos da Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração da

Auren. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 11. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Financiamentos e debêntures (i)	75.644	170.792	148.964	814.824	1.210.224
Fornecedores	39.223	-	-	-	39.223
Partes relacionadas	38	-	-	-	38
	114.905	170.792	148.964	814.824	1.249.485
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos e debêntures (i)	105.765	212.521	344.145	1.662.070	2.324.501
Fornecedores	37.954	-	-	-	37.954
	143.719	212.521	344.145	1.662.070	2.362.455

(ii) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades das controladas da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

As controladas da Companhia estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Administração da Companhia e de suas controladas realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

As controladas da Companhia consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco em renováveis não-hídricas

(i) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(ii) *Constrained-off* de usinas eólicas

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de contratos operacionais, financiamentos e debêntures. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas os quais são permanentemente monitorados.

24.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva, financiamentos e debêntures é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

				Consolidado				
				Impactos no resultado				
				Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	68.520	-72,92bps*	(907)	(2.553)	(5.105)	2.553	5.105
IPCA 4,26%	Financiamentos (i)	519.393	6bps*	(392)	6.794	13.586	(6.794)	(13.586)
TJPL 9,07%	Financiamentos (i)	118.464	11bps*	-	2.686	5.372	(2.686)	(5.372)

				Controladora				
				Impactos no resultado				
				Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	35.347	-72,92 bps*	(258)	(1.317)	(2.633)	1.317	2.633
IPCA 4,26%	Financiamentos e debêntures (i)	519.393	6 bps*	(319)	5.532	11.063	(5.532)	(11.063)

(i) Valores desconsideram os custos de captação.

* basis point